

Prestação de Serviços à Comunidade e Trabalho Pedagógico: Experiência do Ateliê de Jogos Pedagógicos com Adolescentes

Community Service and Pedagogical Work: The Experience of the Educational Games Workshop with Adolescents

Juliana Fatima Serraglio Pasini¹, Tassiane Meireles Viegas², Amanda de Souza Abbady da Rosa³
e Julia Machado Idiarte⁴

1. Pós-doutora em Educação (Unioeste). Docente no Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7854-4038> 2. Estudante de Pedagogia pela UFRGS e bolsista do Ateliê de Jogos Pedagógicos. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6660-6204> 3. Graduanda em Pedagogia pela UFRGS. Bolsista de Iniciação Científica. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6791-5534> 4. Pedagoga pela UFRGS. Bolsista Voluntária no Ateliê de Jogos Pedagógicos. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1356-2573>

jfserraglio@gmail.com

Palavras-chave

Ateliê de Jogos Pedagógicos
Educação Social
Medida socioeducativa
Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
Trabalho pedagógico

Keywords

Educational Games Workshop
Social Education
Socio-educational measure
Community Service
Pedagogical work

Resumo:

A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), medida socioeducativa em meio aberto, pode assumir dimensão educativa quando sua execução ultrapassa o cumprimento mecânico de tarefas e se organiza a partir do vínculo, da escuta e da participação dos adolescentes. O objetivo é analisar a experiência do Ateliê de Jogos Pedagógicos, desenvolvido no âmbito do PPSC/UFRGS, articulando o perfil dos adolescentes atendidos entre 2019 e 2025 às características do trabalho pedagógico realizado no setor. Trata-se de relato de experiência articulado à análise documental, com abordagem qualitativa e apoio de dados quantitativos sistematizados pelo Observatório da Socioeducação, preservando a identidade dos participantes. No período analisado, 115 adolescentes foram atendidos pelo PPSC e 22 optaram pelo Ateliê. Entre estes, predominam jovens de 15 a 19 anos e do sexo masculino; 59,1% informaram estar estudando no acolhimento. Os registros evidenciam trajetórias diversas e mostram que o tempo efetivamente disponível no setor pode limitar a construção do vínculo e o desenvolvimento das propostas. A experiência analisada indica que a criação coletiva de jogos, a participação nas decisões e o acompanhamento das educadoras constituem possibilidades de conferir sentido pedagógico ao cumprimento da PSC, sem permitir generalizações sobre seus efeitos nas trajetórias juvenis.

Abstract:

Community Service (CS), a non-custodial socio-educational measure, can take on an educational dimension when its implementation goes beyond the mechanical completion of tasks and is organized around relationship-building, active listening, and adolescent participation. This study aims to analyze the experience of the Pedagogical Games Workshop, developed within the PPSC/UFRGS, by relating the profile of adolescents served between 2019 and 2025 to the characteristics of the pedagogical work carried out in the program. This is an experience report combined with documentary analysis, using a qualitative approach supported by quantitative data systematized by the Socio-Education Observatory, while preserving the participants' identities. During the period analyzed, 115 adolescents were served by the PPSC, of whom 22 chose to participate in the Workshop. Among them, adolescents aged 15 to 19 and males predominated; 59.1% reported attending school at the time of admission. The records reveal diverse trajectories and show that the time effectively available in the program may limit the development of relationships and pedagogical activities. The experience analyzed indicates that the collective creation of games, participation in decision-making, and support provided by educators represent possibilities for giving pedagogical meaning to the fulfillment of Community Service, without allowing generalizations about its effects on young people's trajectories.

Artigo recebido em: 08.07.2026.

Aprovado para publicação em: 19.08.2026.

INTRODUÇÃO

A socioeducação constitui um campo de debate fundamental no Brasil, especialmente quando se trata do atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A garantia de direitos desse público está amparada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reconhece adolescentes entre 12 e 18 anos como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. No Brasil, os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis e, diante da prática de ato infracional, submetem-se ao sistema de responsabilização socioeducativa. O artigo 112 do ECA prevê diferentes medidas socioeducativas, entre as quais se destaca, neste artigo, a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), medida em meio aberto que pode ser aplicada isoladamente ou em articulação com outras medidas previstas em lei.

Este artigo analisa a experiência do Ateliê de Jogos Pedagógicos¹ com adolescentes vinculados ao Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPSC/UFRGS). O trabalho pedagógico desenvolvido no Ateliê valoriza a construção de vínculos, a escuta, a participação e a perspectiva do “fazer com” o adolescente, reconhecendo-o como sujeito ativo do processo educativo. O objetivo é analisar essa experiência, articulando o perfil dos adolescentes que optaram pelo Ateliê entre 2019 e 2025 às características do trabalho pedagógico desenvolvido no setor. Busca-se responder à seguinte questão: de que modo o trabalho pedagógico desenvolvido no Ateliê de Jogos pode contribuir para atribuir sentido educativo ao cumprimento da medida de PSC e produzir experiências formativas para os adolescentes atendidos?

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) recebe adolescentes para o cumprimento de medidas socioeducativas desde a década de 1990. Em 1996, a partir do trabalho desenvolvido pela professora Dra. Carmem Craidy na Faculdade de Educação da UFRGS, foi criado o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC). A iniciativa surgiu da preocupação não apenas com o cumprimento das horas determinadas pela medida, mas também com a natureza das atividades realizadas pelos adolescentes e com a possibilidade de organizar um trabalho pedagógico e não meramente punitivo. O PPSC constitui, assim, um espaço de acolhimento de adolescentes em cumprimento de PSC e também um campo formativo para docentes, estudantes, bolsistas, voluntários e estagiários de diferentes cursos.

Em 2014, como desdobramento dessa trajetória, foi criada a área de Educação Social no curso de Pedagogia, vinculada ao Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação (FACED/UFRGS), que passou a participar da coordenação do programa em conjunto com a equipe técnica do PPSC. Em 2015, foi criado o Centro de Educação Social e Socioeducação (CIESS), órgão auxiliar da FACED que reúne projetos voltados ao atendimento de adolescentes em cumprimento de PSC, à formação de educadores sociais e ao desenvolvimento de oficinas com jovens em instituições educativas não escolares, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e de violação de direitos.

Nesse contexto insere-se o Projeto de Extensão Ateliê de Jogos Pedagógicos, vinculado ao CIESS². O projeto atua em diferentes frentes na Universidade e junto à comunidade externa. Na produção de jogos autorais e pedagógicos, utiliza, entre outros materiais, sobras provenientes da gráfica da UFRGS. Entre suas ações estão o acolhimento de adolescentes que escolhem o Ateliê como setor para o cumprimento da PSC; atividades de curricularização da extensão vinculadas à disciplina Educação Social: Fundamentos e Práticas, do curso de Pedagogia; produção de jogos para projetos e instituições parceiras; oficinas com educadores sociais e grupos de jovens; e doação dos materiais produzidos a instituições educativas e sociais.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como relato de experiência articulado à análise documental, com abordagem predominantemente qualitativa e apoio de dados quantitativos. Foram utilizados registros sistematizados pelo Observatório da Socioeducação, subprojeto do CIESS que mantém banco de dados sobre os adolescentes atendidos pelo PPSC. O recorte compreende o período de 2019, ano de criação do Ateliê de Jogos Pedagógicos, a 2025. A análise preserva a identidade dos adolescentes e utiliza os dados de forma agregada, conforme os procedimentos de autorização e sigilo indicados no âmbito do projeto.

Além desta introdução, o artigo apresenta a PSC e o PPSC/UFRGS, contextualizando a inserção do Ateliê de Jogos Pedagógicos no programa. Em seguida, analisa o perfil dos adolescentes que optaram pelo Ateliê entre 2019 e 2025, articulando os dados às possibilidades e aos limites do trabalho pedagógico desenvolvido durante o cumprimento da medida. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados e as contribuições da experiência para pensar a dimensão educativa da PSC.

PPSC/UFRGS E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)

A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) integra o conjunto de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constituindo uma medida de meio aberto voltada à responsabilização de adolescentes pela prática de ato infracional. O artigo 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que

A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (ECA, 1990, p. s/n).

A regulamentação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituída pela Lei nº 12.594/2012, reafirma que a execução das medidas deve estar orientada pela responsabilização do adolescente, mas também pela sua integração social e pela garantia de seus direitos individuais e sociais. Nessa perspectiva, a responsabilização não se confunde com uma lógica meramente punitiva. A medida socioeducativa deve constituir um processo no qual o adolescente possa responder pelas consequências de seus atos ao mesmo tempo em que tenha asseguradas condições para desenvolver novas experiências, relações e possibilidades de participação social. Essa compreensão é especialmente importante quando se trata da PSC. A realização de uma atividade de interesse coletivo não possui, por si só, caráter educativo. É a forma como a medida é organizada, acompanhada e significada que pode possibilitar uma experiência socioeducativa. Por isso, a execução da PSC pressupõe a existência de espaços capazes de acolher o adolescente, acompanhar sua inserção e construir atividades que dialoguem com suas características, interesses e possibilidades. O espaço no qual a medida é cumprida passa, nesse sentido, a constituir parte importante do processo educativo.

É nessa perspectiva que se desenvolve o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPSC/UFRGS). A diferenciação entre a PSC e o PPSC é fundamental para compreender a experiência analisada neste artigo. Enquanto a PSC corresponde à medida socioeducativa aplicada ao adolescente, o PPSC/UFRGS é o programa institucional que participa da execução dessa medida, recebendo adolescentes encaminhados pela rede socioeducativa e construindo, no interior da Universidade, possibilidades para seu cumprimento. A Universidade, portanto, não é responsável pela aplicação da medida, mas constitui um dos espaços em que ela pode ser executada e acompanhada.

A criação do PPSC/UFRGS, em 1996, vem de uma perspectiva que buscava questionar quais atividades eram destinadas aos adolescentes que chegavam à Universidade para cumprir a PSC. A preocupação não estava somente em garantir o cumprimento das horas determinadas judicialmente, mas em compreender que tipo de experiência esses adolescentes poderiam vivenciar dentro de uma instituição universitária. A partir dessa perspectiva, o PPSC foi se constituindo como um espaço de acompanhamento e de construção de práticas educativas, deslocando o foco da realização mecânica de tarefas para a possibilidade de participação em atividades que produzissem aprendizagens, vínculos e novas relações com o espaço da universidade.

A proposta do programa se conecta à própria concepção de Universidade que orienta o programa. A presença de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa dentro da UFRGS produz encontros entre sujeitos, conhecimentos e experiências que tradicionalmente não ocupam os mesmos espaços. Muitos dos adolescentes que chegam ao programa possuem trajetórias marcadas por desigualdades sociais, processos de exclusão e violações de direitos, bem como desamparos que por vezes não estão diretamente relacionados às questões econômicas, mas também afetivas, ao passo que a Universidade historicamente se constituiu como um espaço de acesso desigual. Nesse sentido, possibilitar a circulação desses adolescentes pela instituição também significa tensionar as fronteiras sobre quem pode ocupar e vivenciar a Universidade.

Ao longo de sua trajetória, o PPSC passou a articular a execução da medida socioeducativa a ações de ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se também como espaço de formação para estudantes e profissionais. A experiência do programa possibilita que acadêmicos de diferentes áreas acompanhem práticas socioeducativas, desenvolvam estágios, participem de projetos de extensão e construam conhecimentos sobre as relações entre educação, adolescência, direitos e socioeducação. Assim, o processo formativo não se dirige somente aos adolescentes atendidos: a própria Universidade se transforma a partir das relações estabelecidas no cotidiano do programa.

Vinculado ao CIESS e desenvolvido no âmbito do PPSC, o Ateliê de Jogos Pedagógicos constitui um dos espaços em que a medida de PSC pode ser vivenciada por meio de uma proposta pedagógica específica. A inserção dos adolescentes no Ateliê não se resume à execução de tarefas necessárias para o funcionamento do projeto. A produção dos jogos é compreendida como uma atividade coletiva, na qual os adolescentes podem criar, experimentar, tomar decisões, aprender e estabelecer relações com outros sujeitos. O trabalho pedagógico desenvolvido parte, portanto, da compreensão de que o adolescente não deve ocupar uma posição passiva diante da atividade proposta, mas participar ativamente de sua construção.

Nesse sentido, a experiência do Ateliê materializa uma determinada compreensão sobre a execução da PSC: o cumprimento da medida pode constituir um tempo e um espaço de formação quando organizado a partir do vínculo, da escuta, da participação e do reconhecimento dos adolescentes como sujeitos. O “fazer com”, que orienta as práticas desenvolvidas no projeto, desloca a lógica de uma atividade simplesmente realizada para o adolescente ou pelo adolescente para uma construção realizada com ele. Essa perspectiva permite compreender o trabalho do Ateliê não apenas como uma forma de ocupar o período de cumprimento da medida, mas como uma possibilidade de produzir experiências educativas, e com sentido no interior dela.

QUEM SÃO OS ADOLESCENTES ATENDIDOS?

PERFIL DOS JOVENS DO ATELIÊ: 2019 E 2025

Dentre os projetos que compõem o CIESS, encontra-se também o Observatório da Socioeducação, que desenvolve ações voltadas ao acompanhamento e à sistematização de informações sobre os adolescentes in-

seridos no PPSC, enquanto unidade de execução de medidas socioeducativas. O projeto realiza o levantamento e a organização de dados sobre o perfil dos adolescentes atendidos, reunindo informações que possibilitam compreender diferentes dimensões de seus contextos sociais. A coleta é realizada a partir da ficha de entrevista inicial, preenchida pela educadora responsável no momento do acolhimento, em conjunto com o adolescente e, quando presente, com seu responsável. Em situações específicas, quando o jovem é maior de 18 anos, a entrevista pode ser realizada somente com ele. Também são considerados relatórios produzidos pelas educadoras responsáveis pelo acompanhamento pedagógico. Posteriormente, essas informações são sistematizadas em banco de dados sob responsabilidade do Observatório da Socioeducação.

O banco de dados tem como finalidade acompanhar, tanto quantitativa quanto qualitativamente, diferentes aspectos relacionados aos adolescentes atendidos pelo PPSC, possibilitando uma compreensão mais ampla de seus perfis e dos contextos sociais nos quais estão inseridos a fim de elaborar uma prática pedagógica que considere a pluralidade de jovens que são atendidos, bem como as vulnerabilidades em comum que são apresentadas por eles. Este banco constitui também um importante instrumento para a produção de pesquisas voltadas às medidas socioeducativas em meio aberto, especialmente diante da escassez de estudos sobre essa modalidade de medida, relacionada, entre outros fatores, às dificuldades de coleta e sistematização de dados. Nesse sentido, a organização dessas informações pelo Observatório contribui para suprir, ainda que em âmbito local, a carência de dados sistematizados sobre as medidas socioeducativas em meio aberto, criando condições para o desenvolvimento de pesquisas sobre essa realidade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados os dados levantados e sistematizados pelo Observatório da Socioeducação acerca dos adolescentes que cumpriram PSC no PPSC/UFRGS e optaram pelo Ateliê de Jogos Pedagógicos, considerando o período entre 2019 e 2025. Para o uso dos dados, foram observados os procedimentos de autorização e de preservação da identidade dos adolescentes. A análise utiliza apenas informações agregadas, pois o objetivo é caracterizar o perfil do grupo e relacioná-lo às condições de realização do trabalho pedagógico no Ateliê.

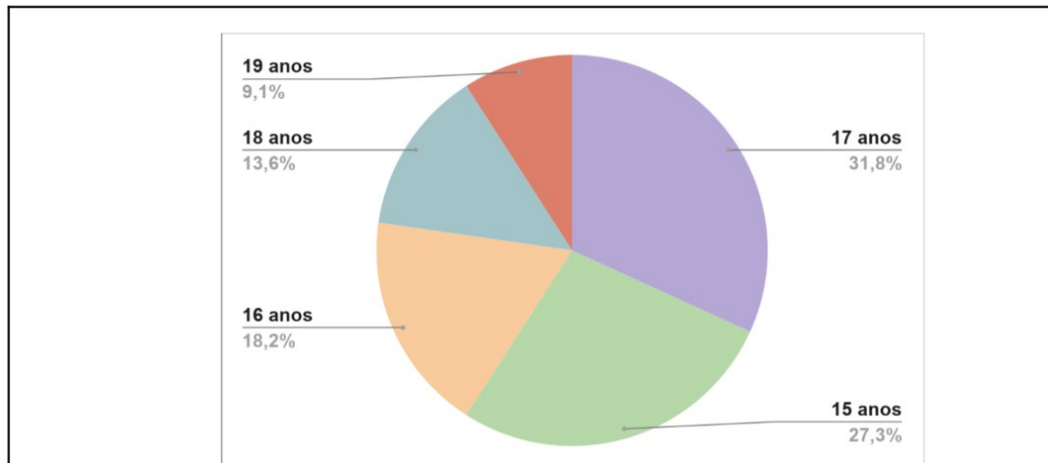
Ressalta-se que, durante o ano de 2021, o PPSC não recebeu adolescentes em razão das restrições decorrentes da pandemia de Covid-19. No período analisado, o PPSC atendeu 115 adolescentes, dos quais 22 optaram por cumprir a medida no Ateliê de Jogos Pedagógicos, correspondendo a aproximadamente 19% do total. A escolha do setor é realizada pelos próprios adolescentes após o período inicial de acolhimento e oficinas. A partir desse conjunto de dados, apresenta-se o perfil dos 22 participantes do Ateliê, considerando idade, gênero, raça autodeclarada, tempo previsto para a medida, ato infracional registrado, situação escolar e resultado do cumprimento. Essa caracterização contribui para compreender quem são os jovens que chegam ao setor e quais condições atravessam a organização das práticas e do acompanhamento pedagógico.

Ao analisar o perfil etário dos 22 adolescentes que optaram por cumprir a medida no Ateliê de Jogos Pedagógicos, observa-se uma concentração de jovens entre 15 e 19 anos. Dos dados levantados, 7 adolescentes (31,8%) tinham 17 anos, 6 (27,3%) tinham 15 anos, 4 (18,2%) tinham 16 anos, 3 (13,6%) tinham 18 anos e 2 (9,1%) tinham 19 anos. Não foram identificados, entre os adolescentes que cumpriram a medida no Ateliê, registros de jovens com 13, 14, 20 ou 21 anos. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos adolescentes segundo a faixa etária registrada no período analisado.

A distribuição etária permite observar que o Ateliê recebeu, predominantemente, adolescentes que se encontravam no período intermediário da adolescência. A ausência de participantes nas idades iniciais e finais previstas para o cumprimento de medidas socioeducativas também chama atenção, indicando que, no conjunto analisado, a presença no setor esteve concentrada em uma faixa etária específica. Esse perfil constitui um

primeiro elemento para compreender as características dos adolescentes que chegaram ao espaço, podendo ser relacionado, na sequência, a outros aspectos de seu percurso no cumprimento da medida socioeducativa.

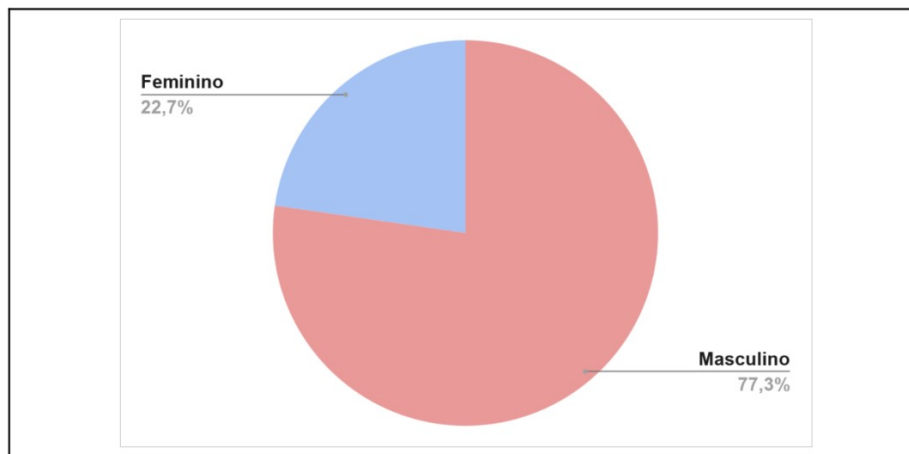
Gráfico 1 – Idade dos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa no Ateliê de Jogos Pedagógicos



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Observatório da Socioeducação (2026).

Em relação ao gênero, observa-se uma predominância de adolescentes do sexo masculino entre aqueles que cumpriram medida socioeducativa no Ateliê de Jogos Pedagógicos. Dos 22 adolescentes analisados, 17 (77,3%) eram do sexo masculino, enquanto 5 (22,7%) eram do sexo feminino, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição dos adolescentes do Ateliê de Jogos Pedagógicos segundo o gênero



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Observatório da Socioeducação (2026).

A predominância de adolescentes do gênero masculino observada no Ateliê de Jogos Pedagógicos também se aproxima do perfil identificado no cenário nacional do sistema socioeducativo. De acordo com os dados do SINASE (2024), 93,1% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são identificados como meninos cis; 4,0% como meninas cis; 0,3% como meninos trans; 0,2% como meninas trans; 0,1% como não-binária; e 0,0% como travesti. O levantamento registra ainda 2,2% dos adolescentes sem informação sobre sua identidade de gênero. Dessa forma, a presença majoritária de adolescentes do gênero masculi-

no entre os participantes do Ateliê não constitui uma característica exclusiva do PPSC ou do setor, aproximando-se de uma realidade também observada no conjunto nacional das medidas socioeducativas.

As formas de masculinidade são construídas socialmente e atravessadas por diferentes espaços de convivência, como a família, a escola, os grupos de pares, o território e os meios de comunicação. Ao longo dessas experiências, os adolescentes podem entrar em contato com expectativas relacionadas à força, à coragem, à competitividade, à capacidade de se impor e à necessidade de não demonstrar fragilidade. Essas referências podem influenciar as maneiras pelas quais os sujeitos compreendem a si mesmos, estabelecem relações e respondem diante de situações de conflito.

Essa discussão ganha relevância no contexto do cumprimento da medida socioeducativa, uma vez que o adolescente não chega ao Ateliê desvinculado das experiências e expectativas construídas socialmente. As relações estabelecidas durante as atividades podem mobilizar diferentes compreensões sobre respeito, autoridade, cooperação, competição, violência, cuidado e expressão de sentimentos. Em algumas situações, dificuldades para falar sobre emoções, reconhecer vulnerabilidades ou lidar com frustrações podem dialogar com expectativas socialmente construídas em torno das masculinidades. Isso não significa atribuir ao gênero a causa da prática do ato infracional ou estabelecer relação direta entre masculinidade e violência, mas reconhecer que as relações de gênero também atravessam as experiências sociais desses adolescentes.

É a partir de questões que atravessam esses adolescentes cotidianamente, como a questão de gênero, que o trabalho desenvolvido no Ateliê de Jogos Pedagógicos assume uma dimensão educativa importante. A partir de propostas pensadas para provocar diálogo, interação e reflexão, os jogos podem criar situações nas quais os adolescentes são convidados a lidar com diferentes perspectivas, negociar regras, trabalhar coletivamente, expressar opiniões e refletir sobre situações presentes em suas próprias vidas. Nesse processo, questões relacionadas às masculinidades podem aparecer tanto nos conteúdos discutidos quanto nas próprias relações estabelecidas durante as atividades. Trabalhar essas questões por meio dos jogos possibilita que discussões sobre gênero, violência, sentimentos, respeito e relações de poder sejam introduzidas de maneira situada, a partir das experiências e das interações que acontecem no próprio espaço do setor. A proposta não consiste em apresentar aos adolescentes uma definição pronta sobre como deveriam se comportar, mas em criar condições para que possam questionar algumas das referências que aprenderam ao longo de suas histórias e experimentar outras formas de se relacionar.

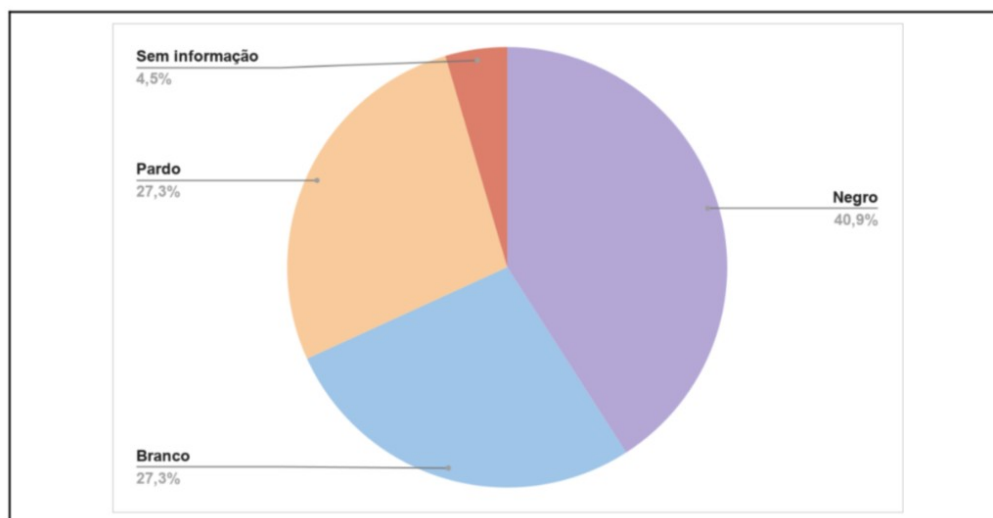
Nesse sentido, a predominância masculina encontrada entre os adolescentes do Ateliê, também permite olhar para o trabalho desenvolvido no setor e compreender a importância de espaços educativos que considerem as relações de gênero presentes nas experiências dos adolescentes. Durante o cumprimento da medida, discutir masculinidades significa também ampliar as possibilidades de expressão e de relação desses sujeitos, reconhecendo que aprender a dialogar, escutar, cooperar, demonstrar sentimentos e lidar com conflitos faz parte de um processo educativo.

Em relação à raça autodeclarada, entre os 22 adolescentes que cumpriram medida socioeducativa no Ateliê de Jogos Pedagógicos durante o período pesquisado, 9 (40,9%) se autodeclararam negros, 6 (27,3%) brancos e 6 (27,3%) pardos. Em 1 caso (4,5%), não havia informação registrada sobre a raça do adolescente. Conforme apresentado no Gráfico 3, observa-se, portanto, uma maior presença de adolescentes autodeclarados negros, seguidos por aqueles que se declararam brancos e pardos.

A presença expressiva de adolescentes negros entre os participantes constitui um aspecto relevante para pensar o perfil dos jovens atendidos pelo Ateliê. Embora se trate de um grupo específico e numericamente reduzido, o dado remete à necessidade de considerar as desigualdades raciais que atravessam as trajetórias

juvenis e o próprio sistema socioeducativo. No trabalho pedagógico, questões relacionadas a preconceito, diferenças e relações sociais podem emergir nas atividades e nas conversas construídas com os adolescentes, possibilitando momentos de diálogo e reflexão vinculados às experiências do grupo.

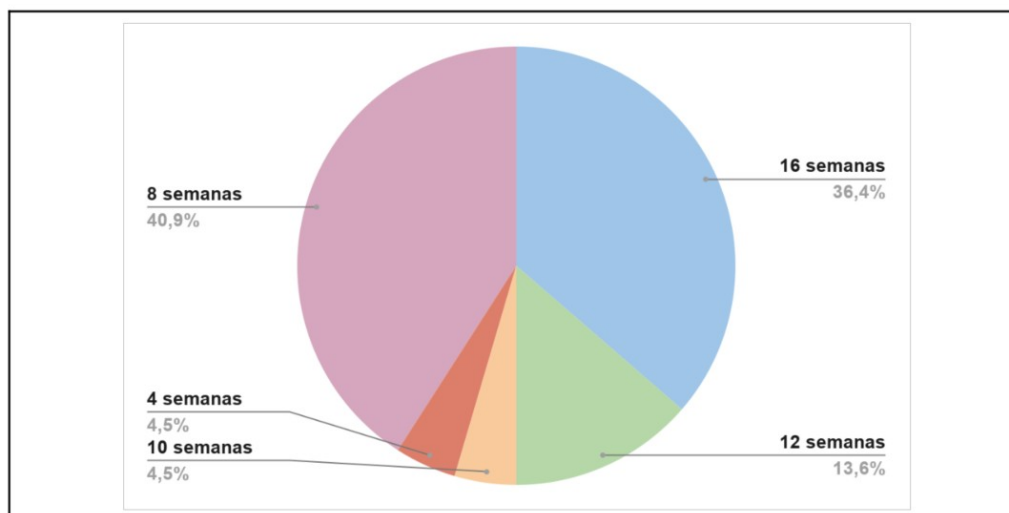
Gráfico 3 – Raça autodeclarada dos adolescentes do Ateliê de Jogos Pedagógicos



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Observatório da Socioeducação (2026).

Em relação ao número de semanas determinado para o cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), observa-se que 9 adolescentes (40,9%) cumpriram a medida em 8 semanas, enquanto 8 (36,4%) cumpriram em 16 semanas. Outros 3 adolescentes (13,6%) tiveram a medida estabelecida em 12 semanas, 1 (4,5%) em 10 semanas e 1 (4,5%) em 4 semanas. Conforme apresentado no Gráfico 4, houve maior concentração nos períodos de 8 e 16 semanas.

Gráfico 4 – Número de semanas de cumprimento da PSC pelos adolescentes do Ateliê de Jogos Pedagógicos



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Observatório da Socioeducação (2026).

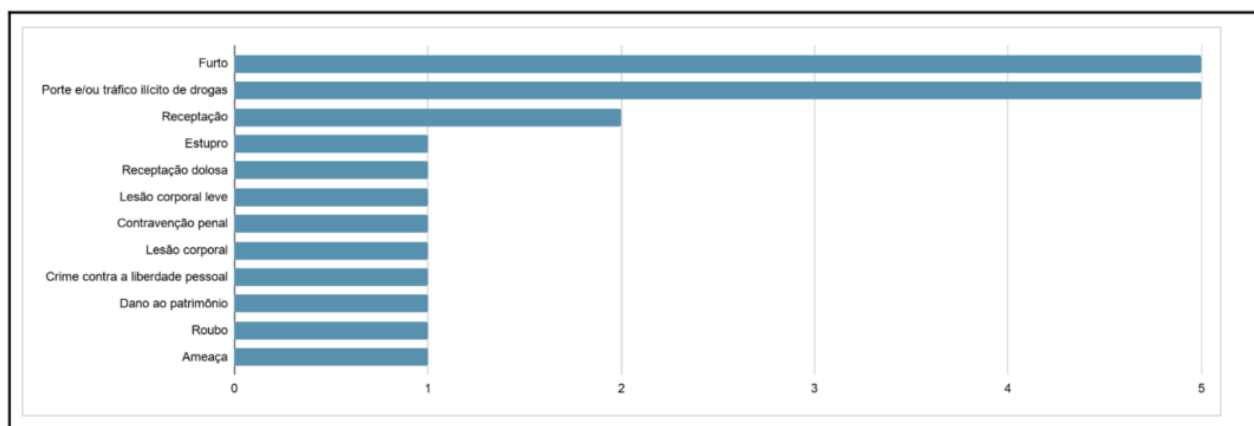
Quando chega ao PPSC, o adolescente participa inicialmente do acolhimento, que não é contabilizado como semana de cumprimento da medida. Na sequência, realiza duas semanas de oficinas com outros ado-

lescentes, nas quais são abordadas diferentes temáticas. Após esse período, ocorre uma terceira oficina, momento em que o adolescente escolhe o setor no qual dará continuidade ao cumprimento da medida, podendo optar, entre os setores disponíveis no período analisado, pelo Fio da Meada, voltado à produção de cadernos, ou pelo Ateliê de Jogos Pedagógicos.

É importante considerar essa organização ao analisar o tempo de cumprimento da medida apresentado no Gráfico 4. Embora exista um período previamente estipulado, as três primeiras semanas não são contabilizadas no tempo de realização das atividades nos setores. Além disso, em alguns casos, o período de participação nas oficinas pode se estender, reduzindo ainda mais o tempo disponível para o desenvolvimento das atividades no setor escolhido. Essa questão é especialmente relevante nos casos em que a medida possui duração de quatro ou oito semanas. No setor de trabalho, é necessário um período inicial para conhecer o adolescente, estabelecer vínculos e compreender seus interesses, considerando também que a equipe de educadoras responsável pelas oficinas não é a mesma que planeja e acompanha as atividades desenvolvidas no setor. No Ateliê, há ainda um processo de construção que demanda tempo: os adolescentes precisam pensar na proposta do jogo, desenvolvê-la coletivamente e definir um espaço do território onde ele poderá ser posteriormente doado. Assim, o número de semanas previsto para a medida nem sempre corresponde ao tempo efetivamente disponível para construir uma trajetória pedagógica mais ampla com cada adolescente.

Em relação aos atos infracionais registrados entre os adolescentes que cumpriram medida no Ateliê durante o período estudado, observa-se uma variedade de situações. Os registros mais frequentes foram furto, presente em 5 casos (22,7%), e porte e/ou tráfico ilícito de drogas, também identificado em 5 casos (22,7%). Em seguida, aparecem 2 casos (9,1%) de receptação. Os demais atos infracionais foram registrados em 1 caso cada (4,5%), incluindo estupro, receptação dolosa, lesão corporal leve, contravenção penal, lesão corporal, crime contra a liberdade pessoal, dano ao patrimônio, roubo e ameaça. A distribuição dos atos infracionais está apresentada no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Atos infracionais registrados entre os adolescentes do Ateliê de Jogos Pedagógicos



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Observatório da Socioeducação (2026).

A variedade de atos infracionais registrados mostra que não é possível compreender esses jovens a partir de uma única trajetória. Ainda que furto e porte e/ou tráfico ilícito de drogas apareçam com maior frequência, os registros apresentam situações distintas. O ato infracional, isoladamente, diz pouco sobre a história de cada adolescente, suas relações familiares, escolares e comunitárias ou as condições sociais em que sua trajetória foi construída. Os jovens chegam ao Ateliê após decisão judicial que estabelece uma medida socioedu-

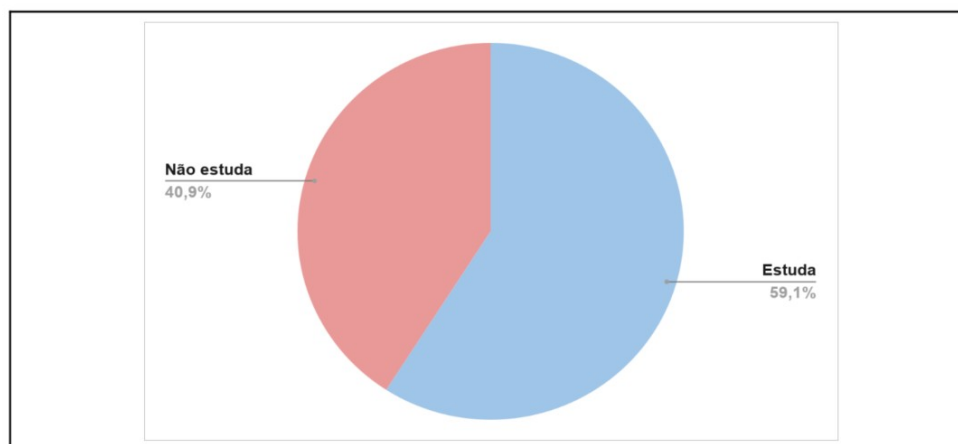
cativa, mas a proposta do trabalho não é reduzir sua identidade ao ato cometido. Busca-se construir, durante o cumprimento da medida, experiências de convivência, responsabilidade e participação por meio de atividades em que os adolescentes criam, dialogam, negociam ideias e produzem coletivamente.

Essa perspectiva é importante porque permite olhar para o adolescente para além do ato infracional. Durante o desenvolvimento de um jogo, por exemplo, ele não ocupa apenas o lugar de quem precisa cumprir uma medida: também pode ser alguém que propõe uma ideia, escuta o colega, resolve um problema, assume uma tarefa e participa de uma produção que será entregue a outras pessoas. São experiências simples, mas que fazem parte do trabalho educativo e podem produzir outras formas de participação e de relação com os outros.

Por isso, a diversidade encontrada nos atos infracionais também reforça a necessidade de um trabalho que não seja baseado em respostas iguais para adolescentes diferentes. O Ateliê recebe jovens com histórias distintas e precisa construir, dentro do tempo disponível para a medida, possibilidades de participação que façam sentido para cada grupo. Nesse processo, a educação social ganha espaço justamente por trabalhar com o adolescente a partir do que ele vive, sem reduzir sua trajetória ao ato que o levou até ali.

Em relação à situação escolar, dos 22 adolescentes analisados, 13 (59,1%) informaram, no momento do acolhimento, que estavam estudando, enquanto 9 (40,9%) relataram não estar frequentando a escola. Esses dados são apresentados no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Situação escolar dos adolescentes do Ateliê de Jogos Pedagógicos



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Observatório da Socioeducação (2026).

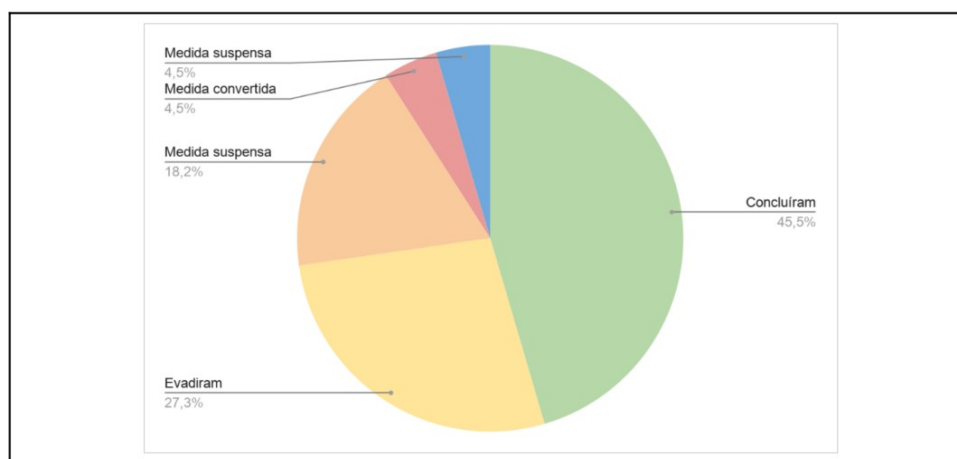
A situação escolar também permite refletir sobre a relevância de espaços educativos para os adolescentes que não frequentavam a escola no momento do acolhimento. Para alguns deles, o Ateliê pode constituir uma experiência de convivência com educadoras e de participação em atividades coletivas. Nesse contexto, o trabalho desenvolvido no PPSC pode abrir possibilidades para ressignificar a relação com práticas educativas, especialmente quando trajetórias escolares anteriores foram marcadas por afastamentos ou experiências pouco positivas. Trata-se, contudo, de uma possibilidade interpretativa da experiência, e não de um efeito que os dados disponíveis permitam generalizar.

No Ateliê, as atividades são realizadas coletivamente: os adolescentes participam da criação dos jogos, trabalham em equipe, tomam decisões e compartilham ideias. A educadora acompanha o processo, orienta, escuta e participa da construção das atividades. O PPSC também desenvolve acompanhamento da trajetória escolar e dialoga com os adolescentes sobre situações de afastamento, buscando favorecer possibilidades de

retorno à escola. Os registros indicam a existência de casos em que jovens iniciaram a medida sem frequentar a escola e a finalizaram novamente matriculados; entretanto, os dados analisados não permitem atribuir esse movimento exclusivamente à participação no Ateliê ou no PPSC.

Ao analisar o resultado final do cumprimento da PSC, observa-se que 10 adolescentes (45,5%) concluíram a medida dentro do número de semanas inicialmente estipulado. Outros 6 adolescentes (27,3%) evadiram durante o cumprimento da medida. Em 4 casos (18,2%), a medida foi suspensa em decorrência da pandemia de Covid-19. Em 1 caso (4,5%), a medida foi convertida em doação de cesta básica, também em razão da pandemia. Por fim, 1 adolescente (4,5%) teve a medida suspensa por estar vinculado ao programa Jovem Aprendiz. Esses dados são apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Resultado final do cumprimento da PSC pelos adolescentes do Ateliê de Jogos Pedagógicos



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Observatório da Socioeducação (2026).

Entre os 22 adolescentes analisados, 10 concluíram a PSC conforme o número de semanas estipulado e 6 evadiram durante o cumprimento da medida; os demais registros envolvem suspensões ou conversões associadas a circunstâncias específicas, especialmente à pandemia. Esses resultados chamam atenção para a importância do acompanhamento ao longo da medida. O setor de trabalho ocupa papel relevante, pois é nele que o adolescente participa de atividades continuadas e estabelece relação mais próxima com as educadoras. No Ateliê de Jogos Pedagógicos, esse acompanhamento ocorre por meio da criação de jogos, de atividades coletivas e das conversas realizadas durante os encontros. Ao mesmo tempo, os próprios dados evidenciam limites importantes: o tempo efetivamente disponível no setor pode ser curto, e a evasão de parte dos participantes impede tratar a experiência como percurso homogêneo ou atribuir a ela resultados generalizáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permitiu compreender a Prestação de Serviços à Comunidade para além do cumprimento formal de uma determinação judicial, destacando a importância das condições concretas em que a medida é executada. No PPSC/UFRGS, a inserção dos adolescentes em setores de trabalho vinculados a propostas educativas busca deslocar a realização mecânica de tarefas para experiências que envolvam acompanhamento, participação e construção de vínculos. O Ateliê de Jogos Pedagógicos insere-se nessa perspectiva ao organizar a produção coletiva de jogos como atividade em que os adolescentes podem propor ideias, tomar decisões, cooperar e participar de um trabalho socialmente compartilhado.

O perfil dos 22 adolescentes que optaram pelo Ateliê entre 2019 e 2025 evidencia um grupo heterogêneo, concentrado entre 15 e 19 anos, majoritariamente masculino e atravessado por diferentes trajetórias escolares, sociais e marcadas por diferentes atos infracionais. Esses dados reforçam a necessidade de que o trabalho socioeducativo não se organize a partir de respostas padronizadas. As características dos jovens, o tempo previsto para o cumprimento da medida e as condições de participação no setor interferem diretamente nas possibilidades de construção do trabalho pedagógico.

Os dados também evidenciam limites que precisam ser considerados. O período efetivamente vivido no setor pode ser reduzido em razão das etapas iniciais de acolhimento e oficinas, especialmente nas medidas de menor duração. Além disso, a ocorrência de evasões e as interrupções relacionadas à pandemia mostram que nem todos os adolescentes percorrem a mesma trajetória no programa. Por essa razão, os resultados não permitem afirmar efeitos causais do Ateliê sobre escolarização, permanência na medida ou mudanças nas trajetórias juvenis.

A experiência analisada, contudo, oferece elementos para responder à questão que orientou o estudo. O trabalho pedagógico pode contribuir para atribuir sentido educativo ao cumprimento da PSC quando o adolescente é reconhecido como sujeito do processo, e não apenas como executor de uma tarefa. No Ateliê, essa perspectiva se expressa na criação coletiva dos jogos, na escuta, no acompanhamento das educadoras e na participação dos jovens nas decisões. O princípio do “fazer com”, presente nas práticas descritas ao longo do artigo, constitui, assim, uma referência importante para pensar a dimensão pedagógica das medidas socioeducativas em meio aberto.

Como perspectiva de continuidade, considera-se relevante fortalecer a sistematização dos registros de acompanhamento do Ateliê, incluindo informações qualitativas sobre as atividades realizadas, a participação dos adolescentes e a finalização dos percursos. A ampliação desses registros poderá subsidiar análises futuras sobre as potencialidades e os limites da experiência, além de contribuir para a formação de estudantes e profissionais que atuam no campo da Educação Social e da socioeducação.

NOTAS

1. Ateliê de Jogos Pedagógicos. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ciess/ateliê-de-jogos-pedagogicos/>>. Acesso em: 13 de set. 2026.
2. Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ciess/>>. Acesso em: 13 de set. 2026.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Levantamento Nacional do SINASE 2024. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Universidade de Brasília, 2025.
- MACIEL, Adriene et al. PPSC 25 anos de serviços à comunidade: um olhar sobre as medidas socioeducativas. Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1sgUWliaZ87ewZwqa2Tk88KtZB3DAPc5E/view>> Acesso em: 13 de set. 2026.